



ACÓRDÃO Nº251/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12263/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Srs. Danízio Valente Gonçalves Neto e Orleilso Ximenes Muniz
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6152/2022-DIMP-MPC-GPG, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM. Exercício de 2021.

Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Mário José de Moraes Costa Filho, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anuais do **Sr. Danízio Valente Gonçalves Neto**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas responsável pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas–CBMAM, no período de 01/01/2021 a 29/11/2021, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei nº 2423/96, tendo em vista os Achados de Auditoria nº 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 13 da Notificação nº 199/2022-DICAD, não sanados;
- 11.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anuais do **Sr. Orleilso Ximenes Muniz**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM, no curso do exercício de 29/11/2021 a 31/12/2021, com fulcro no art. 22, III, “b”, da Lei nº 2423/96, tendo em vista os Achados de Auditoria nº 1, 3 e 5 da Notificação nº 200/2022-DICAD, não sanados;



ACÓRDÃO Nº251/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11.3. Considerar revel o Sr. Danízio Valente Gonçalves Neto**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do CBMAM, no período de 01/01/2021 a 29/11/2021, na forma do art. 88, caput, da Resolução nº 04/2012-RITCE/AM;
- 11.4. Aplicar Multa ao Sr. Danizio Valente Gonçalves Neto**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do CBMAM, no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelos Achados de Auditoria nº 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12 e 13 da Notificação nº 199/2022-DICAD, não sanados, em função de grave infração a norma legal ou regulamentar, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 11.5. Aplicar Multa ao Sr. Orleilso Ximenes Muniz**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do CBMAM, no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelos Achados de Auditoria nº 1, 3 e 5 da Notificação nº 200/2022-DICAD, não sanados, em função de grave infração a norma legal ou regulamentar, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código



ACÓRDÃO Nº251/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

“5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

11.6. Determinar recomendação ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM no sentido de:

11.6.1. adotar os procedimentos contábeis estabelecidos no MCASP, no que tange à contabilização da depreciação de bens móveis, em base mensal, de acordo com o Princípio Contábil da Competência;

11.6.2. nos próximos exercícios, instituir os procedimentos necessários ao controle de ponto dos funcionários terceirizados, observando o princípio da segregação de funções;

11.6.3. observar, nos casos futuros, o disposto no art. 4º do Decreto Estadual nº 42.655/2020, relativamente à formalização do Ato Concessivo do Adiantamento;

11.6.4. observar a obrigatoriedade de previsão de cláusula de reajustamento de preços nos contratos a serem firmados pelo Órgão;

11.6.5. adotar os procedimentos, na forma regulamentada no Decreto Estadual nº 40.691/2019, exigindo do Sr. Danízio que apresente a prestação de contas das diárias



ACÓRDÃO Nº251/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

recebidas, ou determine a devolução dos valores, instaurando tomada de contas especial, caso necessário, e;

11.6.6. apurar todas as pendências relativas às diárias de viagens realizadas em exercícios anteriores e que não tenham sido pagas, realizando, inclusive, o correto lançamento contábil desses passivos e sua divulgação em notas explicativas, e adotando as providências necessárias para seu pagamento.

11.7. Dar ciência sobre o teor desta Decisão aos **Srs. Danizio Valente Gonçalves Neto, Orleilso Ximenes Muniz** e Cleivison Souza Pinheiro, bem como aos seus Patronos, com cópia do Relatório-Voto e do Acórdão;

11.8. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 23 de Fevereiro de 2023.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocados).

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Mário José de Moraes Costa Filho.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator, em substituição

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição